

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MUDANÇAS TÉCNICO-OCUPACIONAIS NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO E OS REBATIMENTOS PARA AS MIGRAÇÕES DO TRABALHO PARA O CAPITAL NA 10^A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Fredi dos Santos Bento¹

Resumo

Nesta segunda década do século XXI, amplia-se a ofensiva do capital sobre o trabalho em monta jamais vista, o que nos instiga a qualificar quais os desafios e saídas para uma ruptura com o metabolismo societário do capital, tendo em consideração que as alternativas propostas que não se pautem na irrupção deste modelo destrutivo, acabam por legitimar as graves contradições que marcam o modelo societário vigente. Dessa forma neste texto nossa preocupação advém para com os impactos da reestruturação produtiva para o setor agroindustrial canavieiro e seus rebatimentos para uma das principais engrenagens de reprodução do mesmo, advindo da utilização da mão-de-obra migrante principalmente para o corte manual, mesmo diante de um quadro de transição entre o corte manual e o mecanizado.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; trabalho, migração do trabalho; agrohidronegócio.

Introdução

Nesta segunda década do século XXI, amplia-se a ofensiva do capital sobre o trabalho em monta jamais vista, desse modo, tensionamos qual o papel da Geografia em ler e apreender tal fenômeno, bem como, quais respostas a ciência geográfica pode oferecer dada a emergência de uma ruptura com o atual estado de coisas existente. Nesse sentido, quais são os limites, desafios e possibilidades para pensarmos o trabalho neste início do século XXI? A emancipação do sociometabolismo do capital é possível? Qual o papel do trabalho nesta empreitada e quais os desafios e desdobramentos tem se apresentado para os trabalhadores nas últimas décadas?

Nesta perspectiva, trazemos para essa proposta à importância de se empreender uma leitura geográfica do trabalho, pautada pelos limites, desafios e possibilidades para refletirmos em respeito aos acontecimentos do início deste século, bem como seu papel central na emancipação do atual estado de coisas. Assim, é crucial que assumamos que é pelo viés da negatividade e positividade do trabalho, que podemos pensar a respeito das contradições que

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente-SP. E-mail de contato: fredri.sousuke@gmail.com.

perpassam a humanidade imersa no sociometabolismo da barbárie, ou melhor, do capital. Então, é preciso que nos direcionemos para os sinais dos tempos oferecidos pelo capital, dado estes expressarem o conteúdo de irracionalidade que perpassa o nosso tempo histórico, tomando em consideração também, a nova polissemia que caracteriza a classe trabalhadora, levando em consideração as marcas destrutivas geradas pelo capital (THOMAZ JUNIOR, 2011).

É sob a égide dessa discussão que a Geografia do Trabalho tem se inserindo neste início do século, dados os desafios que se colocam como nunca antes para a construção da mesma, tendo em vista a ampliação dos agravos para a saúde dos trabalhadores, processo saúde-doença, a ofensiva neoliberal e o pacote de austeridade que perpassam os países do Ocidente, bem como a ampliação dos ambientes refeitos pela reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, da terceirização, produção flexível, relações semidegradantes de trabalho e de trabalho escravo, feminização do trabalho, migrações do trabalho, etc., e que nos põem a propugnarmos qual a Geografia do Trabalho estamos construindo efetivamente nesta segunda década do século XXI, e qual o papel da mesma na emergência de se refletir sobre um modelo alternativo ao que está posto.

Então, trazemos para este trabalho questionamentos referentes ao atual momento do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP), no que diz respeito à migração do trabalho, e os (re) arranjos que se configuram no período de transição técnica/tecnológica e do controle do trabalho, especialmente nas operações de corte e plantio da cana-de-açúcar, que se amplia territorialmente também para a Nova Alta Paulista, que vem a compor, juntamente com o Pontal do Paranapanema, a 10ª Região Administrativa (RA) de Presidente Prudente.

Porém, para a realização desses intentos, realizamos trabalhos de campo na região de estudo (Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Junqueirópolis, Flórida Paulista e Martinópolis-SP), dada a possibilidade de problematização, tendo em vista enxergarmos o trabalho de campo enquanto “laboratório por excelência do geógrafo”, que adjunto das investigações realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas, nos tem possibilitado apreender a trajetória pessoal, laboral e familiar dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Em contrapartida, também realizamos entrevistas semiestruturadas junto às instâncias de representação desses trabalhadores, a citar os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais),

SER's (Sindicato dos Empregados Rurais), Centro de Estudos Migratórios (CEM); CPT (Comissão Pastoral da Terra), SPM (Serviço Pastoral do Migrante); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); DataLUTA; DataCETAS, etc., todos a nível regional, ou seja, que recobrem a Região Administrativa de Presidente Prudente (10a R.A.), bem como aos representantes das prefeituras dos municípios de enfoque, como assistentes sociais, secretários de planejamento e desenvolvimento dos municípios enfocados.

Com relação às entrevistas é preciso nos ater aos pressupostos estabelecidos por Colognese e Melo (1998), dado que ao entrevistarmos, o fazemos por pressupormos que o entrevistado detenha informações que direta ou indiretamente possam nos ajudar em nossos questionamentos. Por isso, temos nos utilizado de entrevistas semiestruturadas, dado o potencial destas últimas enquanto uma conversa com finalidade, unindo questões abertas e fechadas, num diálogo sem amarras presentes caso nos utilizássemos de um questionário fechado, como argumentam Minayo (2005) e Santos et al. (2014).

No entanto, para que possamos tratar em respeito a essas questões é primordial que qualifiquemos o que estamos entendendo enquanto uma leitura geográfica do trabalho em meio a um quadro marcado pelos rebatimentos diretos da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro, dadas as mudanças técnico-ocupacionais que tem passado o setor nos últimos anos, com ênfase para a configuração apresentada na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

Por uma leitura geográfica do trabalho em tempos de crise e mudanças técnico-ocupacionais no agrohidronegócio canavieiro

Nesta segunda década do século XXI ampliam-se as contradições que permeiam o metabolismo societário do capital com impactos de grande monta para os trabalhadores e trabalhadoras que diariamente vendem sua força de trabalho, nos permitindo por em debate alguns questionamentos e reflexões referentes às principais mudanças que tem ocorrido no tecido social.

Todavia, é imprescindível pormos em debate os retrocessos pelos quais tem passado os trabalhadores e trabalhadoras nas últimas décadas sob a emergência da crise estrutural do capital tal como nos apresenta Mészáros (2002), e seus desdobramentos de grande profundidade no que tange ao ataque não apenas a classe trabalhadora como para com suas

instâncias de representação, ou seja, os sindicatos, frentes de luta, movimentos sociais etc., além dos rebatimentos políticos e econômicos que nos permitem pensar e falar numa crise de civilização.

A crise estrutural materializada sob os auspícios do metabolismo societário do capital é também uma crise de “acúmulo de contradições sociais”, sendo um rebatimento claro da mesma, a ampliação do desemprego estrutural e do trabalho precarizado, bem diferente da situação vivenciada no período fordista, dadas as proporções reais que a acometem, pois nem mesmo o Estado tem o poder e a capacidade de apontar ou mesmo solucionar os graves problemas que estamos vivenciando com a ampliação da miséria, desemprego, adoecimento dentro e fora do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, pilhagem dos recursos naturais, sob o verniz da ideia irreal contida nas propostas de desenvolvimento entre outras (SCZIP, 2013; MÉSZÁROS, 2014).

Então ao tensionarmos alguns desdobramentos do metabolismo societário do capital, é preciso que sinalizemos para as relações fora do ambiente de trabalho, as associações, movimentos e sindicatos, bem como o lazer, a cultura, ou seja, que perpassam a esfera da vida cotidiana imersa no conteúdo destrutivo que se materializa com o desenvolvimento das forças produtivas pelo capital em oposição a um modelo pautado pela autoafirmação dos trabalhadores e trabalhadoras que diariamente vendem sua força de trabalho.

Ao tatearmos tais reflexões não podemos perder de vista que mais que um papel central, é assumindo o trabalho enquanto centralidade que consideramos possível não apenas realizar o enfrentamento ao estado de coisas vigente, como também superar os limites que nos impedem de enxergar nos trabalhadores e trabalhadoras, os sujeitos históricos capazes de tomarem o curso do processo societário de reprodução e construir coletivamente e concretamente uma alternativa oposta a que está posta, baseada nas mediações de primeira ordem, na igualdade substantiva, rompendo inclusive com o Estado tal como ele está, dada a falência da democracia representativa como estamos assistindo no Brasil nos últimos meses.

Diante de tal urgência é que enxergamos na Geografia não apenas a possibilidade de se realizar uma leitura da configuração exposta, como também podermos dar passos na construção de uma alternativa verdadeiramente concreta no que diz respeito à deposição e substituição do metabolismo socioreprodutivo em vigor, mais que isso um dos desafios que

nos lançamos ao escrevermos esse texto diz respeito justamente à construção de uma Geografia do Trabalho neste início do século, que neste momento traduzimos enquanto as dificuldades de se empreender uma leitura geográfica do trabalho, haja vista todo o conteúdo destrutivo do processo de reprodução capitalista, bem como a imprescindibilidade de lermos o trabalho enquanto mediação central e capaz de promover a emancipação humana.

Thomaz Junior (2002, p.03) destaca que a leitura geográfica do trabalho deve considerar a compreensão da Geografia enquanto razão ontológica do ser trabalho, rompendo com uma perspectiva de leitura do trabalho (des) sintonizada da sociedade, estando “(des) situado geograficamente...alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento diante das amarras sociais que lhe impendem viver a integridade da existência social”

É em respeito a essa plêiade de consequências, que está o desafio de se construir uma Geografia do Trabalho neste início do século, dado que as amarras que prendem e submetem o trabalho ao capital devem ser transpostas, pois nunca foram tão graves as contradições que se materializam na manutenção do metabolismo societário do capital, sendo não apenas sumamente importante, como imprescindível que realizemos uma leitura geográfica e territorial do trabalho com fins a não apenas nos posicionarmos diante do atual estado de coisas, como também rumar para uma alternativa diferente daquela que nos é apresentada todos os dias, que é a do capital e seus rebatimentos mais diretos, à exemplo da reestruturação produtiva e os impactos diretos quando pensamos a realidade enfocada na 10^a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, diante do avanço do agrohidronegócio canavieiro.

Reestruturação produtiva e mudanças técnico-ocupacionais no agrohidronegócio canavieiro na 10^a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Nesta segunda década do século XXI, crescem as apostas na manutenção de um modelo societário marcado por seu caráter incontrolável, caracterizado por sua capacidade em estabelecer o controle sobre as relações sociais dentro e fora do trabalho. Todavia, nas últimas décadas, esse modelo tem assumido alguns adjetivos com destaque para seu viés desenvolvimentista e promotor da igualdade e equidade entre as pessoas, ou seja, tem se assumido enquanto alternativa para solucionar os problemas que assolam a sociedade contemporânea.

Mészáros (2014) propõe que uma mudança radical nas determinações estruturais da produção é essencial, dado que o metabolismo societário do capital dá sinais de que os desdobramentos perversos de sua lógica incontrolável tenderão a se agravar, e quem sofrerá diretamente os impactos dos mesmos são os trabalhadores e trabalhadoras que diariamente vendem sua força de trabalho, diante das mais diversas formas de controle via capital, legitimado pelo Estado, a exemplo dos impactos ocasionados pelas políticas de austeridade, a ofensiva neoliberal, o advento da reestruturação produtiva do capital e da produção flexível.

No entanto, para realizarmos o movimento do pensamento em respeito a tal configuração, é preciso que nos perguntemos se as saídas que tem sido propostas, de fato são suficientes ou mesmo válidas diante do cenário cada vez mais devastador para a classe trabalhadora e para a sociedade como um todo. Diante dessa necessidade é que precisamos qualificar o debate em respeito ao discurso falacioso do desenvolvimento, e que neste início do século XXI assume o verniz de sustentável.

Ao falarmos destas questões é interessante nos situarmos diante do cenário que se apresenta para os trabalhadores e trabalhadoras nesta segunda década do século XXI, emersos na crise estrutural do capital que se alastra desde meados da década de 1970, com desdobramentos de grande magnitude para a classe trabalhadora, principalmente pela emergência da reestruturação produtiva do capital, e as mais inúmeras consequências ocasionadas pela mesma, principalmente no que diz respeito às formas de existência fragmentadas do trabalho, o que impede que realizemos uma leitura orgânica do mesmo (THOMAZ JUNIOR, 2012).

O processo de reestruturação produtiva produzida pelo capital nos permite pensarmos em agravos não apenas na elaboração e gestão do trabalho, como também nos expedientes regressivos no que diz respeito à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, dada a ampliação cada vez mais gritante do número de trabalhadores adoecidos dentro e fora do trabalho. Porém, também é importante destacarmos os trabalhadores que atuam no campo, tendo em vista o crescimento dos adoecimentos decorrentes de contaminação por agrotóxicos que atingem não só os trabalhadores que lidam com essa atividade, como também as populações que residem nos arredores das áreas pulverizadas por agrotóxicos e pesticidas (LOURENÇO, 2009; 2013).

Pignati (2013) nos propõe refletirmos sobre a ampliação dos agravos a saúde do trabalhador, dada à necessidade de ampliação dos estudos que tratam a saúde ocupacional, visando não só o indivíduo, mas todo o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras exposto a agentes patogênicos, asseverando assim, o papel da medicina enquanto aliada aos estudos que visem à fragmentação, precarização, degradação e superexploração do trabalho num ambiente refeito pela reestruturação produtiva e suas consequências mais diretas relacionadas ao novo modo de se produzir que se manifesta diante a crise do modelo fordista.

Alves (2000) e Rigotto (2013) assinalam que a reestruturação produtiva é uma expressão do avanço do capital mundializado sobre as mais diversas instâncias, a citar o campo, a cidade, o ambiente, ampliando os conflitos sociais e ambientais, sob a emergência da acumulação flexível, diante da utilização de novas estratégias organizacionais, sob o argumento escuso de que as regressões nas conquistas trabalhistas de herança fordista são benéficas, pois gerariam mais empregos, omitindo o fato de o mesmo ser meio de subsistência desses trabalhadores e trabalhadoras.

Em contrapartida, os trabalhadores se alienam no produto de sua atividade, ao mesmo tempo em que estão alienados de seus semelhantes e este é um reflexo não só das novas estratégias organizacionais como também das ofensivas promovidas diante de um cenário marcado pela reestruturação produtiva do capital, que impede que os homens se percebam enquanto seres genéricos em si e para si, ou seja, como gênero vivo, ser universal e livre (MARX, 2003).

Dessa forma, nos últimos anos tem ganhado destaque as propostas de desenvolvimento enquanto protoforma da geração de equidade entre as pessoas, com destaque para a roupagem “sustentável” que tal proposta tem ganhado a partir das mudanças ocorridas na década de 1970, com a ofensiva neoliberal, a produção de caráter flexível, todas fazendo parte do processo de reestruturação produtiva promovido pelo capital.

Nessa perspectiva, mais que um modelo oposto ao que está posto, é preciso entender que o que está em disputa são modelos distintos de sociedade, sendo impreterível pensarmos num modelo diferente daquele baseado em monocultivos para exportação, promotor da concentração fundiária, de riqueza e de capital, bem como de controle dentro e fora do

trabalho, dado estarmos vivendo não apenas uma crise estrutural, mas uma crise social, ecológica, cultura e da sociabilidade.

Assim, ao nos referenciarmos nessas questões não podemos perder de vista a necessária compreensão de que o tempo histórico em que vivemos nos coloca a necessidade de rompermos com a causa das constantes mudanças nas formas de expressão do trabalho nos diferentes setores da atividade laboral característicos do processo de reestruturação produtiva do capital, rompendo com a vida reduzida a tempo de trabalho estranho, captura da subjetividade e a perversão do ser genérico do homem como ser social, enquanto forma de tensionarmos as contradições que perpassam o metabolismo societário do capital (ALVES, 2013).

O que debatemos neste texto até o presente momento, nos estimula a refletirmos em respeito aos desafios que tem marcado a classe trabalhadora em sua vocação por excelência enquanto capaz de fazer a oposição e construir algo diferente do que está posto, mesmo diante das mais diversas dificuldades porque passa o que qualificamos enquanto sociometabolismo do trabalho, dado o ambiente marcado pela reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas e que sinalizam desdobramentos de grande monta para pensarmos em respeito às possibilidades de uma ofensiva do trabalho sobre o capital.

Todavia, um rebatimento importante desta questão diz respeito ao momento atual vivenciado pelo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP), no que diz respeito à migração do trabalho, e os (re) arranjos que se configuram no período de transição técnica/tecnológica e do controle do trabalho, especialmente nas operações de corte e plantio da cana-de-açúcar.

Essa tendência se materializa nos estudos realizados e orientados por Thomaz Junior (2014), no âmbito da demarcação territorial do Polígono do Agrohidronegócio, que reúne os cinco maiores produtores de cana-de-açúcar, do país: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás. De todo modo, nestas primeiras décadas do século XXI, com a mecanização da colheita da cana aliada às estratégias de acesso a terra, tem ganhado destaque os grupos mais tecnificados, crescendo também o quadro de precarização do trabalho na região, principalmente nos grupos que não conseguiram (conseguem) acompanhar o avanço dos demais.

Ao falarmos do agrohidronegócio canavieiro é preciso que não nos limitemos a pensá-lo enquanto algo novo, dado que apenas tenha assumido uma nova roupagem nestas primeiras décadas do século XXI, pois podemos buscar correlações com a própria efetivação da agroindústria canavieira no país, destacando que o cultivo da cana-de-açúcar advém do período colonial, sendo a região Nordeste a principal produtora até as primeiras décadas do século XX (SZMERECSÁNYI, 1991; BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2002; OLIVEIRA, 2009).

O avanço do agrohidronegócio canavieiro na 10ª Região Administrativa neste início do século XXI exige uma compreensão que ultrapasse sua leitura meramente técnica, ou seja, aquela que tem por objetivo apenas constatar o aumento da composição orgânica do capital. Observar esse processo é fundamental, porém é preciso questionar os impactos das recentes mudanças técnicas, no que tange à mecanização do corte da cana para os trabalhadores e que se revelam quando pensamos o desenvolvimento recente do agrohidronegócio canavieiro na região supracitada.

Enfatizamos, assim, a necessidade de apreender o atual período vivenciado pelo agrohidronegócio canavieiro e os rebatimentos para a dinâmica territorial das migrações do trabalho para o capital, dado que este movimento nos tem chamado atenção na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, doravante não apenas pela oposição capital x trabalho, como também pelo histórico das disputas territoriais. Nesse sentido, intentamos enxergar na utilização da mão de obra migrante não só o caráter estratégico do capital, mas também enquanto manutenção da regressividade da exploração da força de trabalho, encimada, pois, na remuneração por produção, nas jornadas extenuantes de trabalho, além do controle exercido sobre os trabalhadores.

As migrações do trabalho para o capital em meio as mudanças técnico-ocupacionais no agrohidronegócio canavieiro na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

O processo de territorialização do agrohidronegócio aciona o movimento migratório de trabalhadores, e aí chamamos atenção para as migrações sazonais ou temporárias, ou ainda a migração do trabalho para o capital neste início do século XXI, na Região Administrativa de Presidente Prudente (10ª R.A.), principalmente nos municípios de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Junqueirópolis, Flórida Paulista e Martinópolis-SP, que

diante do atual cenário do agrohidronegócio canavieiro, ganham destaque na 10ª R.A., com a instalação de unidades processadoras de cana mais tecnificadas, ou a reativação de plantas industriais antigas, nestas primeiras décadas do século XXI (BENTO, 2015) (Figura 01).

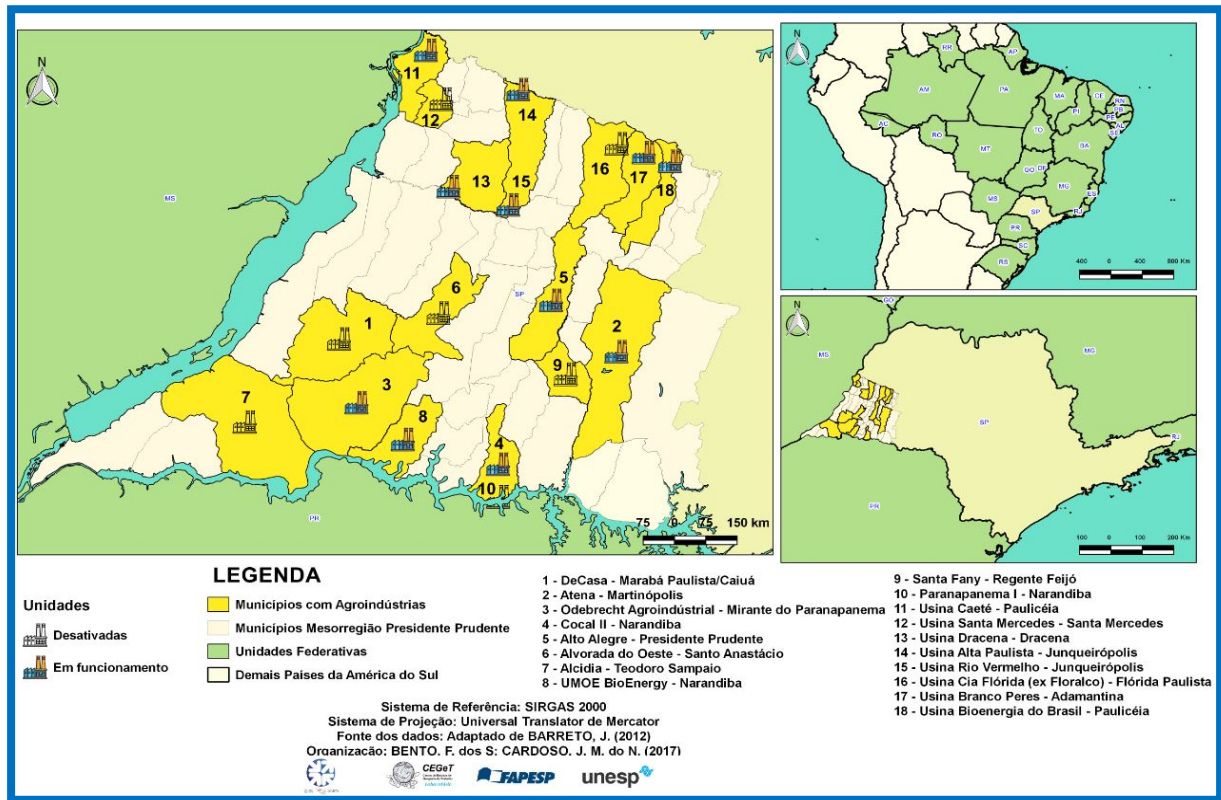


Figura 01-Localização das agroindústrias canavieiras na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Este cenário permite-nos chamar a atenção para as migrações do trabalho para o capital que como advverte Oliveira (2009, p.137), nos leva a entender "que o migrante é obrigado a escolher aquilo que ele não quer ser, ou seja, migrante", tendo em vista como constatamos em pesquisas anteriores, os trabalhadores migrantes quando argumentam que migram para buscar melhores condições de vida e de trabalho, se amparam no que lhes resta diante da situação de abandono e de desproteção nos locais de origem.

O migrar temporariamente envolve a transição de um tempo a outro, pois o migrante sazonal se caracteriza por “ser duas pessoas ao mesmo tempo, é sair quando está chegando e

voltar quando está indo... é estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum” (MARTINS, 1988, p.45).

O trabalhador então viveria duas situações, ao mesmo tempo em que manteria relações com os locais de origem, também constituiria novas relações no lugar de destino, o que acaba por configurar sua dupla personalidade. Entretanto, devemos entender que esta dupla personalidade que o envolve não é fruto de seu desejo, mas das próprias condições que enfrenta ao sofrer o processo migratório e neste sentido podemos sinalizar de que migração estamos fazendo menção, que são as *sazonais* ou *temporárias* e de que forma elas têm ocorrido no Brasil, sob a titulação de migrações do trabalho para o capital.

As migrações do trabalho para o capital, também podem ser entendidas como parte de um processo de mobilidade do trabalho, dado que a mobilidade do trabalho segundo Gaudemar (1977) é uma característica do trabalhador submetido ao capital. Tal leitura efetuada por este autor nos permite a compreensão de que os deslocamentos migratórios fazem parte do terceiro momento caracterizado pelo autor, e que diz respeito ao processo de circulação das forças de trabalho, que promove o deslocamento dos trabalhadores no espaço, havendo submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado.

O processo de mobilidade do trabalho atenua ainda mais o caráter forçado assumido pelas migrações sazonais do trabalho para o capital, dado que visualizemos que o trabalhador migrante sazonal, não migra porque quer, havendo toda uma construção relacionada à estrutura social, econômica e política que permite que se apreenda o migrar enquanto um processo histórico (SILVA, 2004).

Ao realizarem esse processo de mobilidade forçada, os trabalhadores migrantes acabam sujeitando-se as estratégias do agrohidronegócio canavieiro, que desde a contratação dos trabalhadores, empreende seleções que visem à habilidade, destreza, força e resistência física dentro do eito, no intuito de ampliar a produtividade sob a intensificação do ritmo de trabalho (NOVAES, 2007).

Silva (2011); Flores (2006) enfatizam que as migrações dividem a vida das pessoas no tempo e no espaço, nos permitindo pensar no quadro de transitoriedade assumido pelos sujeitos sociais que ativam o ato migratório, dando atenção ao nosso interesse em analisar as

estratégias dos trabalhadores migrantes para resistir às estratégias do capital, o que nos leva a aposta de identificação dos territórios migratórios ou migrante.

Thomaz Junior (2011) adverte que há uma conciliação de interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, de modo a incentivar a produção para exportação (commoditização), a exemplo do etanol da cana-de-açúcar, o que por si só também é responsável pela produção das migrações do trabalho para o capital, dado o reordenamento territorial efetivado. Ao passo que o desenho/desenvolvimento das rotas migratórias do trabalho para o capital, apresenta complexidade considerável, dados os novos fatores/elementos postos em cena, principalmente com o advento da transição técnico-ocupacional porque tem passado o agrohidronegócio canavieiro.

Sem embargo, é preciso que realizemos as devidas mediações tendo em consideração a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP enquanto uma das rotas destes deslocamentos que tem se dado nos últimos anos (Figura 02), levando em consideração as estratégias colocadas em ação pelo agrohidronegócio canavieiro, sendo as migrações do trabalho para os canaviais da região, uma das mesmas e que se dá encimada nos trabalhadores migrantes sazonais.

Esse movimento é percebido na região, com maior força neste período de transição no capital agroindustrial canavieiro entre a colheita manual e a mecanizada da cana, por conta da urgência dos protocolos firmados em torno do fim da realização da queima (despalha) da cana, o que nos permite, questionar quais os sentidos da utilização da mão de obra migrante, bem como os impactos gerados a Região Administrativa, enquanto parte das rotas migratórias do trabalho para o capital.

Em respeito à discussão em torno dos principais motivos de a 10ª Região Administrativa se manter enquanto rota das migrações do trabalho para o capital no Polígono do Agrohidronegócio canavieiro, vale se ressaltar a especificidade que tem assumido o processo de reestruturação que o setor canavieiro tem passando na região nos últimos anos, com a substituição lenta e gradual dos cultivos e colheitas manuais pelo mecanizado, o que omite uma série de questões que vão em direção oposta ao discurso hegemônico de substituição das colheitas manuais pela mecanizada, pois ao mesmo tempo em que se amplia o percentual de plantio e colheita mecanizada, se mantém e até mesmo se amplifica o

expediente regressivo presente na exploração da mão de obra migrante em condições semidegradantes como diagnosticado nos municípios de enfoque da pesquisa, a exemplo de Flórida Paulista-SP (Figura 03).



Figura 02- Principais locais de origem dos trabalhadores migrantes na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Fonte: Pesquisa de campo (2016-2017).



Figura 03-Trabalhadores migrantes em greve no município de Flórida Paulista-SP

Fonte: Pesquisa de campo (2016-2017).

É fundamental que consideremos que as estratégias do setor agroindustrial canavieiro, com as unidades processadoras mais tecnificadas ampliando seu raio de ação, e passando a alterar as rotas de oferta de trabalho na região, tendo em vista não apenas o trabalhador migrante encontrar dificuldades ao buscar se empregar no setor, como também os trabalhadores regionais, que passam a deslocar-se para áreas cada vez mais distantes, para manterem-se vendendo sua força de trabalho de forma precária para os grupos usineiros que ainda fazem uso da realização das colheitas manuais.

Ademais, a utilização da mão de obra migrante além de ter caráter estratégico para o capital agroindustrial canavieiro, também revela um quadro de regressividade no que diz respeito à exploração da força de trabalho, encimada, pois, na remuneração por produção, nas jornadas extenuantes de trabalho, além de toda uma cooptação do trabalhador, no intuito de que ele alcance índices de produtividade cada vez maiores, ampliando assim, as contradições que perpassam a utilização da força de trabalho migrante.

Em respeito às contradições que envolvem a força de trabalho migrante, podemos enfatizar o fato do mesmo ser considerado um ser ‘excluído’, pois sua exclusão realizada em torno da desterritorialização do mesmo dos locais de origem remete a inclusão precária nos canaviais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP ou em outras funções pelo território nacional em suas constantes rotas migratórias, produzindo assim, laços que o interligam a sociedade que os produz, mesmo que de forma desumana e precária.

O trabalhador migrante acaba ao desembarcar na região, tendo que se sujeitar a outras atividades a citar: servente de pedreiro, garçom, realizando bicos em sítios e fazendas, ou trabalhando na indústria local. Dessa forma, o mesmo é vitimado pelo novo cenário que começa a se construir, no que diz respeito principalmente a constante mudança de lavra e a plasticidade do trabalho que lhe é característica.

Ao nos posicionarmos diante das questões que envolvem a plasticidade do trabalho, não podemos deixar de considerar as mais distintas identidades que assumem os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, e sua relação com as corporações sindicais, tendo em vista a mudança de lavra também significar a mudança na representatividade sindical, sendo essa uma das características marcantes do período vivenciado de ampliação dos sindicatos de cariz corporativo em detrimento dos sindicatos combativos de herança fordista (THOMAZ JUNIOR, 1998).

Barreto; Heloani (2011) nos permitem entendermos outra característica relacionada à identidade assumida por esses trabalhadores e trabalhadoras enquanto força de trabalho, tendo em vista que ao adoecerem os mesmos vivenciam um processo de negação de sua capacidade e identidade enquanto força de trabalho.

Então, ao pensarmos as mais diversas identidades que assumem os trabalhadores migrantes ao mudarem constantemente de lavra, temos que perceber o movimento perverso que perpassa tais relações tendo em vista que sob o metabolismo societário do capital, ampliam-se cada vez mais as relações estranhas e fetichizadas de trabalho, marcadas pelo controle dentro e fora do trabalho que permitem refletirmos em respeito aos agravos não apenas para o corpo físico, como também para a psique dos trabalhadores e trabalhadoras que realizam diariamente um trabalho pelo qual não se reconhecem nem enquanto partícipes, muito menos enquanto gerador de felicidade e satisfação.

Tais afirmações nos levam a desenhar algumas questões que perpassam a sociedade do capital neste início do século XXI e pelas quais não temos respostas, mas que se traduzem na ofensiva brutal e irracional do capital que permite que alguns teóricos proclamem o tempo histórico em que vivemos enquanto tempos de barbárie. Nesse aspecto podemos pensar quais os sujeitos que nesta segunda década do século XXI são capazes de inverter com a lógica racionalizante e incontrolável do capital? De que forma as ações e mediações promovidas e projetadas pelo capital atingem os trabalhadores e trabalhadoras dentro e fora de suas funções laborais? Qual rumo estamos tomando, tendo em vista o caráter de conflitualidade que se traduz quando pensamos a disputa entre capital x trabalho? Será a plasticidade do trabalho um reflexo mais amplo e perverso da cultura de desigualdade substantiva a que estamos imersos?

Considerações Finais

O(s) mundo(s) do trabalho neste início do século exige (m) - nos que pontuemos a necessária e imprescindível busca por uma alternativa oposta a que está colocada, dados os expedientes regressivos que tem se expressado na fragmentação do trabalho, tornando urgente a busca por um modo de intercâmbio social diferente, o que por si só é diferente de outras mediações que tem se construído, mais preocupadas em reformar o que é irreformável do que propriamente alterar o estado de coisas em voga.

Assim, é preciso que captemos através das mediações realizadas encimadas no trabalho, as reais possibilidades de construirmos uma leitura geográfica e territorial do trabalho, principalmente nestes tempos de transição pela qual passa a sociedade em contraposição a “nebulosa transubstanciação especulativa das ordens materiais estruturalmente reforçadas do capital”, sendo vital o estabelecimento de mediações que não as antagônicas do capital, permitindo assim assumirmos o controle do processo sociometabólico, caminhando para uma “nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2009, p.283).

Tal leitura não pode deixar de considerar que o trabalhador migrante é um personagem considerado vital em nossa perspectiva de analisar o caráter de invisibilização, degradação e superexploração do trabalho nos canais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, pois ao chegarem aos locais de destino esses trabalhadores são submetidos não apenas a uma dura rotina de trabalho, mas a todo um quadro de cooptação que permitem que o mesmo seja visto enquanto um ser invisibilizado, dadas as contradições presentes desde sua

contratação até a utilização de sua mão de obra nos canaviais e que fortalecem nossa discussão em respeito de um modelo oposto ao que está colocado, baseado na exploração sem precedentes de um trabalho que por si só, já é desprovido de sentidos.

Então, diante da fúria expansionista do capital, amplia-se a necessidade de tensionarmos o modelo que está posto, e não apenas isso, é preciso por em debate a necessidade de que o mesmo é irreformável e conseqüentemente deve dar lugar a outro que diferente deste, seja marcado pelo que Mézáros (2002) definiu enquanto mediações de primeira ordem, distorcidas ao longo da história. A urgência em não apenas fazer o enfrentamento, como também construirmos um modelo que não apenas se anteponha, mas que substitua o que está posto, diz respeito à continuidade de nossa existência enquanto espécie no planeta, dadas as graves e gigantescas conseqüências causadas pela continuidade na aposta de um modelo falido e que está fadado a implodir-se!

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000, 365p.

_____. Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana. In: **Dimensões da precarização do trabalho**. 1. ed. Bauru: Práxis, 2013, 257p.

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

BENTO, Fredi dos Santos. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**.2015.248f.Monografia (Bacharelado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**.1. ed. Marília: Editora da UNESP, 2000, 104p.

COLOGNESE, Silvio. Antonio.; MÉLO, J. L. B. de. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

FLORES, Sara María Lara. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales en el caso de Mexico. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito: [s/n], 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador**: a experiência de Franca. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 402p.

_____.As relações sociais de trabalho e os determinantes sociais para os agravos à saúde dos trabalhadores. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

MARX, Karl. Trabalho estranhado (extrato). **Revista Ideias**, Campinas, ano 9 (2), vol.10, n.1, p.455-472, 2003.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2.ed. Petrópolis: **Vozes**, 1988, p.44-61.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002, 1102p.

_____. **Estrutura social e formas de consciência- a determinação social do método**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2009, 309p.

_____.**A montanha que devemos conquistar**.1.ed.São Paulo: Boitempo, 2014, 184p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de.(orgs.).**Avaliação por triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais.1.ed.Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005,244p.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2007, 314p.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 571f. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PIGNATI, Wanderlei. O processo saúde-trabalho-doença, os sindicatos e os desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

RIGOTTO, Raquel et.al.Saúde do trabalhador e questão ambiental. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

SANTOS, J. B. F. dos; OSTERNE, M. do S. F.; ALMEIDA; R. de O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G. A. P.; SANTOS, J. B. F. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. 1 Ed. Bauru: Editora Praxis, 2014. v. 1. 203p.

SCZIP, Rossano Rafaelle.Sindicato de Estado no Brasil e os limites da ordem. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). O avesso do trabalho. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 408p.

_____. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, p. 161-178, outubro, 2011.

SZMERECSÁNYI, Támas; Moreira E.P. O desenvolvimento da agroindústria canvieira do Brasil desde a II Guerra Mundial. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, p.59-79, jan-abr, 1991.

THOMAZ JUNIOR. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, vol.24, n.1, p.31-42, maio de 1998.

_____. a. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 388p.

_____. **Geografia passo-a-passo:** (ensaios críticos dos anos 90). 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2005, 176p.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.307-329, outubro de 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A (des) ordem societária e territorial do trabalho. **Revista Pegada**, vol.13, n.1, junho de 2012.

_____. Redefinições do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates. Xochimilco, **Veredas**, v. 15, p. 477-52, 2014.